

Minha palavra hoje é sobre moradia. Quero prestar contas do programa Carta de Crédito, lançado pelo Governo em 1995. Nós estamos comemorando um feito histórico. O programa registra mais de 500 contratos por dia. E, hoje, vou assistir à operação de compra com carta de crédito de número 100 mil. É um dado animador, se levarmos em conta que os recursos do FGTS foram, finalmente, canalizados para quem mais precisa.

A carta de crédito só beneficia família máxima de 12 salários mínimos. E o dinheiro emprestado a juros inferiores aos praticados no mercado volta para a conta do trabalhador. Talvez você ainda se lembre dos tempos em que os recursos do FGTS, em vez de serem emprestados diretamente a quem precisava de moradia, eram repassados para empreiteiras. Nosso governo mudou radicalmente essa política.

A carta de crédito vai para o cidadão que quer construir, comprar ou reformar a sua casa. Por conta disso, hoje você não vê novos conjuntos habitacionais encaixados por terem sido construídos fora da área de interesse das famílias. O gigantesco aumento das vendas de materiais de construção, sobretudo para pequenos compradores, prova que as famílias estão construindo ou reformando suas casas.

E, como eliminamos a intermediação para uso dos recursos destinados à construção civil, o cidadão saiu ganhando. Ele, hoje, compra 22 sacos de cimento com um salário mínimo. Em 94, comprava apenas 12 sacos com um salário.

A Carta de Crédito, criada e administrada pela Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento, é vitoriosa, principalmente

porque o acesso à carta é muito simples. A pessoa que deseja comprar, construir ou reformar só precisa apresentar três documentos: o do imóvel, a carteira de identidade e o comprovante de renda. Se preferir a carta de crédito associativa para um prédio residencial ou lote urbanizado, por exemplo, pode reunir o pessoal ou procurar a cooperativa, o sindicato ou a prefeitura de sua cidade ou, ainda, um empresa e se dirigir com o projeto a uma agência da Caixa Econômica.

Quero encerrar o programa relembrando que estamos prestes a colocar mais recursos à disposição da habitação. Eu me refiro ao projeto que remeti ao Congresso Nacional criando o Sistema Financeiro Imobiliário, que simplifica o processo de garantia para que os bancos possam emprestar mais dinheiro para moradia. Bancos nacionais e estrangeiros dispõem de considerável volume de dinheiro para emprestar, mas não emprestam por causa das garantias, ainda muito burocratizadas.

De acordo com a nossa proposta, você pode tomar financiamento imobiliário com o mesmo sistema de garantia que se tem hoje para o comércio de automóvel, conhecido como alienação fiduciária. O projeto está em discussão no Congresso, que vai ouvir os mutuários e as entidades financeiras. Eu espero que dessas discussões saia uma proposta de consenso e que os parlamentares a aprovem logo a partir de agosto. Estou certo de que, com a carta de crédito, que está funcionando bem, e com o novo sistema de financiamento imobiliário, nós vamos aumentar a oferta de moradias e continuar a redução do aluguel, que foi uma grande conquista do Real.